

A dinâmica da crise

Economia - Brasil

Parece não haver mais espaço para esperança. A última que se mantinha, aquela suscitada pelas promessas do Plano Bresser, que tanta emoção causou aos circunstantes da reunião do ministério, foi duramente tocada este fim de semana por nova reiteração da incapacidade do governo para agir coerentemente em matéria econômica. Conquanto não se possa saber até agora em que consiste o «Plano Bresser», pois dele se conhecem as metas mas não os meios, é de se supor seja algo com a pretensão de insurgir-se contra o caos inflacionário instalado. Pois bem. O governo acaba de abrir outro formidável manancial inflacionário ao instituir um programa de habitação a fundo perdido, coerente apenas com a generosidade redistributivista que não guarda qualquer conexão com a realidade vivida pelo país.

De onde o governo extrairá os recursos com que custear o fundo de variação salarial, já deficitário, e agora dramaticamente insuportável? É claro que o fará com mais inflação, persistente e institucionalizada, pois o fenômeno não é episódico mas se agravará a cada nova habitação construída.

A visão do problema torna-se mais perturbadora quando se ouve o ministro Bresser qualificar o déficit público como «variável operacional», significando que pretende utilizá-lo eventualmente como instrumental de política anti-recessiva. Se assim de fato é, os novos subsídios são coerentes com esse pensamento mas não com o outro objetivo do Plano, o combate à inflação. Um e outro se anulam, pois inflação alta e crescimento são mutuamente excludentes. Não há investimento no setor privado com inflação de 25/30 por cento ao mês, embora possa havê-lo no setor público.

Aqui, porém, é que se guarda a chave dessa intrincada questão. O governo é coerente, sim, com a estratégia de esmagamento do poder de iniciativa da sociedade e com o objetivo de crescimento imoderado do Estado. Através da expansão do déficit público e da consequência que isto acarreta no plano fiscal, bem como da preservação de patamares altos de inflação, um conjunto de fenômenos conspira para manter imobilizada a empresa privada, retendo-se em poder do governo toda a capacidade de investimento. É o espírito golberiano que, longe de desencarnar, aliou-se aos subestratos esquerdistas-estatizantes que vão terminar destruindo o que resta de livre iniciativa no país.

É a contradição essencial que, já há alguns anos, nos permeia a vida: uma democracia política com ditadura econômica, como se uma e outra pudessem coabitar à revelia da História e da Política Econômica. Ditadura econômica gera ditadura política, não há ilusões quanto a isto.

Também não pode haver ilusão em Economia, uma ciência exata. Com alta inflação não há investimento e sem investimento haverá mais inflação. O governo, se quiser preservar-se e ao país, deve tomar consciência de que só lhe resta um caminho, o do combate intenso à inflação. Primei-

ramente, combatendo suas causas conjunturais, inclusive as de caráter especulativo que se tornaram preponderantes nos últimos dois meses, após o desastrado ensaio de um novo congelamento. Para combatê-las, o governo deve cessar por completo as políticas assistencialistas, de caráter não reprodutivo, concentrando-se naquelas que podem reproduzir-se por padrões econômicos, como é o caso do salvamento da pequena e média empresas. Mas, mesmo esta, não pode ser feita com subsídio do Tesouro que, numa situação de déficit orçamentário, é autofágica. O recurso à taxa dos altos lucros bancários é hipótese ética e politicamente correta.

O combate às causas conjunturais incluiria a administração temporária dos preços na indústria e notadamente no comércio onde se praticam margens muito elevadas. Mas a administração precisa ser competente e ágil, não modorrenta como tem sido a implementação de decisões governamentais. Vencendo-se o ímpeto da fenomenologia conjuntural, poder-se-ia reverter a curva ascendente do processo inflacionário, favorecendo o investimento no setor produtivo privado, notadamente o agrícola. Este, sim, seria capaz de desenhar uma curva estavelmente descendente para este gravíssimo processo de deterioração das energias nacionais, pois incidiria sobre sua causa estrutural, o visível desequilíbrio entre oferta e demanda de bens e serviços, e favorecendo, também, o arrefecimento de outra vertente clássica da inflação, a dívida externa. É uma perturbadora ilusão supor que o investimento público sozinho seja capaz de sustentar uma política antiinflacionária e anti-recessiva. A menos que o estado cresça muito mais e passe a ocupar todo o espaço da atividade produtiva, responsabilizando-se por todo o emprego e toda a produção. Mas aí teremos chegado também a outro sistema político e econômico.

O governo, em nome das suas responsabilidades para com o país, deve atentar para a gravidade da situação e para o agravamento dela em consequência das ações populistas que teima praticar. O movimento das bases empresariais de São Paulo, rebeladas contra o estado de dissolução em que se encontram, encerra gravíssimo potencial de risco político. A generalização do movimento, absolutamente não descartável, terá como desdobramento a desobediência fiscal em primeiro lugar e todas as outras desobediências como seqüela da sua dinâmica. Um passo à frente nesse processo e teremos a interrupção do processo político atual que, condenável sob muitos aspectos, é ainda infinitamente melhor que a ditadura.

A imobilidade do governo e sua curiosa incapacidade de tomar medidas pertinentes aos problemas que diz querer enfrentar podem pôr tudo a perder-se. E perderemos muito numa hora em que, mesmo aos trancos, estamos construindo as bases da democracia possível num quadro de tão agudas limitações econômicas e culturais.

27 JUN 1987

JORNAL DE BRASÍLIA